

A Luta pelo Espaço: a Situação dos Imigrantes Haitianos no Centro de São Paulo

The Struggle for Space: the Situation of Haitian Immigrants in Downtown São Paulo

Ismane Desrosiersⁱ
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva analisar a imigração haitiana no Brasil tendo como enfoque a situação dos imigrantes haitianos no centro de São Paulo. Para isso, partimos de uma dupla reflexão: os motivos que os levam a emigrar para o Brasil e a luta cotidiana pelo espaço de sobrevivência na metrópole de São Paulo. Esse movimento migratório articula-se à mobilidade da força de trabalho dentro da estrutura do sistema capitalista mundial caracterizado pelo desenvolvimento desigual. Os procedimentos metodológicos contam com a pesquisa bibliográfica, registros oficiais do governo brasileiro, trabalhos de campo e entrevistas com os imigrantes haitianos.

Palavras-chave: Mobilidade Espacial; Imigração Haitiana; São Paulo; Cotidiano.

Abstract: This article has the aim of analyzing Haitian immigration in Brazil, focusing on the situation of Haitian immigrants in downtown São Paulo. The analysis starts with a double reflection on the reasons that lead Haitians to emigrate to Brazil and their daily struggle to survive in the metropolis of São Paulo. This immigration is linked to spatial mobility of the workforce within the framework of a world capitalist system characterized by uneven development. Methods included bibliographic research, consulting official records and direct observation and interviews with Haitian immigrants.

Keywords: Space Mobility; Haitian Immigration; São Paulo; Daily Life.

Introdução

A emigração haitiana para América do Sul constitui um fenômeno relativamente recente em relação à América do Norte e à Europa. O Haiti, como outros países do período pós-colonial inseridos na periferia do capitalismo, enfrenta múltiplos desafios estruturais que lhe impede de garantir seu desenvolvimento socioeconômico. Esses desafios levam à emigração haitiana que teve seu início durante a intervenção militar e ocupação americana do Haiti (1915-1934). Nesse período, vários camponeses haitianos

ⁱ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia. ismane2017@usp.br. <https://orcid.org/0000-0001-5624-7019>.

foram expropriados quando suas terras foram concedidas às empresas dos Estados Unidos que produziam borracha após a luta armada desses camponeses *les cacos*¹ contra a ocupação estadunidense. A maior parte das terras está localizada nas ricas planícies do Departamento de *Artibonite*, ao norte do país, onde, segundo Suzy Castor (1987), 50.000 camponeses foram expulsos. A emigração tomou proporções consideráveis e trágicas mostrando com evidências o descontentamento desses trabalhadores rurais que migraram para Cuba e para a República Dominicana em busca de um futuro melhor.

O fenômeno migratório de haitianos se generalizou a partir da década de 1950. Dessa década adiante, o país conheceu uma emigração de mão de obra altamente qualificada de nível superior para Europa (França e Bélgica), África (Senegal) e América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Essa “fuga de cérebros” ocorreu no contexto de repressão política do governo ditatorial de François Duvalier (Papa Doc) no período de 1957 a 1971. Segundo St. Hubert (2012), por exemplo, os Estados Unidos da América, principal país de emigração haitiana, recebiam entre 1965 e 1977 cerca de 75.000 imigrantes haitianos. Em 2011, quase 70% dos haitianos formados no Haiti se encontravam no exterior em busca de melhores condições de vida (ISIDOR, 2011).

A nova onda migratória haitiana constatada no início do século XXI, para América do Sul, principalmente para o Brasil, constitui-se de uma mão de obra na sua maioria desqualificada. Do ponto de vista teórico, trata-se de uma imigração de crise (SIMON, 1995, CLOCHARD, 2007), entendida como uma imigração em que os imigrantes são incorporados na condição jurídica de refugiado, solicitante de “refúgio humanitário”, crise humanitária e ou refugiados ambientais. A migração de crise é socialmente construída na origem (SIMON, 1995; CLOCHARD, 2007), mas também anuncia a crise migratória no destino, por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração (DE HASS, 2010) e suas formas de regulamentação, como o visto humanitário no Brasil e as precárias condições de vida em que aqui se encontram os imigrantes haitianos, principalmente uma parte significativa desses imigrantes que se encontra no centro da cidade de São Paulo, objeto de nossas reflexões neste artigo.

Como mostra a Figura 1, a área de estudo se concentra, principalmente, nos distritos de Liberdade e Brás que se localizam no centro do município de São Paulo, que é, ao mesmo tempo, a capital do estado de São Paulo. O centro, por assim dizer, é associado aos distritos da Sé e da República, onde está a maior parte das estruturas históricas da cidade de São Paulo em termos de marco inicial e expansão da cidade no tempo e no espaço que se estende a outros bairros como Santa Cecília, Consolação e o próprio distrito da Liberdade, bem como Brás, onde realizamos várias entrevistas com os imigrantes haitianos. Porém, ressaltamos que a concentração das estruturas históricas da metrópole paulista está mesmo na Sé, especialmente na área que compreende a Praça da Sé, o Largo São Francisco e o Largo São Bento. Estudos de Milton Santos (2005, 2009, 2012) mostram que São Paulo é uma das maiores cidades do mundo em termos populacionais, sendo a mais urbanizada do Brasil. Como aponta este autor, a mais rica de todas as cidades do Brasil, São Paulo, é a que tem também maior poder de atração por migrantes de outros estados do Brasil e imigrantes. Considerada a principal cidade global da América do Sul, onde se encontra maior o centro financeiro do Brasil, abrigando sedes de empresas multinacionais e também a principal bolsa de valores brasileira, a Bovespa, além

de arranha-céus, *shoppings*, hotéis, casas de espetáculo, empreendimentos multiuso e condomínios verticais de altíssimo padrão.

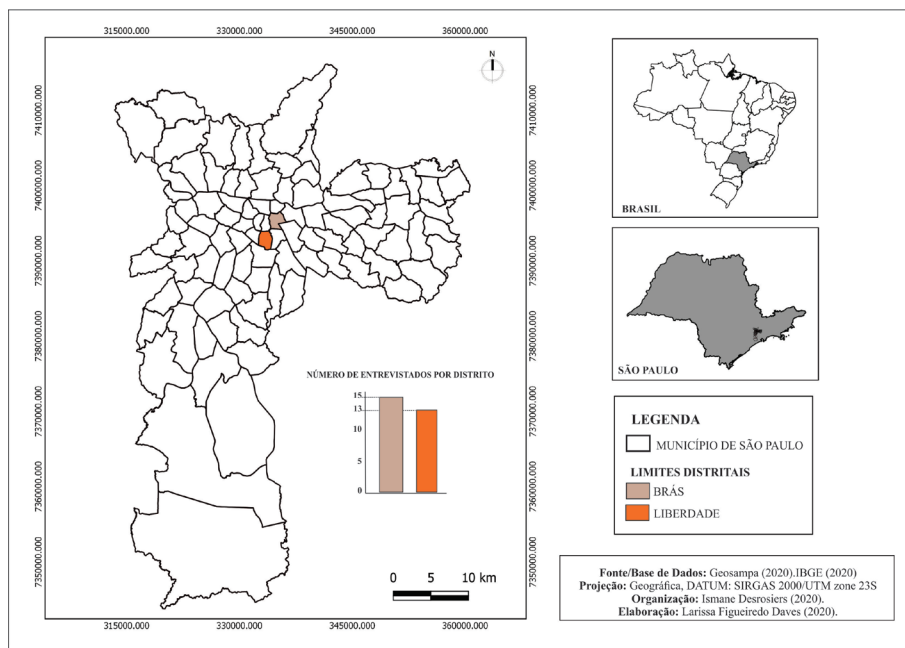


Figura 1 – Localização geográfica da área de estudo.

Dentro dessa dinâmica da metrópole paulista, como são as condições de vida dos imigrantes haitianos? Como eles estão se inserindo na região central da cidade de São Paulo? Buscamos elementos de respostas a esses questionamentos partindo, de um lado, dos motivos que levaram esses haitianos a emigrar para o Brasil, em particular para a cidade de São Paulo, por meio de uma breve análise da situação do Haiti anterior à onda migratória desses haitianos para o Brasil e, por outro lado, descrever a situação desses imigrantes no meio de uma disputa pelo espaço de sobrevivência na região central da cidade de São Paulo.

Haiti: uma Análise antes da Onda Migratória de Haitianos para o Brasil

O Haiti está geograficamente localizado em uma área de risco para furacões e terremotos. Além disso, por ser inserido na periferia explorada do capitalismo, assim como Brasil, o país enfrenta sérios problemas estruturais em termos de desenvolvimento econômico e social. Isso faz com que, de todos os países insulares do Caribe, o Haiti seja o país com o maior índice de vulnerabilidade que se articula com as desigualdades sociais historicamente construídas (DESROSIERS, 2020). Esse fato reforça ainda mais a vulnerabilidade da população haitiana. Acreditamos que outro elemento que afeta

negativamente as condições de vida dos haitianos é a inserção do Haiti, a partir da década de 1980, nas políticas neoliberais, abrindo seu mercado nacional à concorrência internacional, já que a competição em escala mundial está relacionada a uma lógica internacional que exige do país um esforço maior de produtividade de bens e serviços. Segundo David Harvey (2008), o neoliberalismo é compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano deve se assentar nas liberdades e capacidades empreendedoras individuais, com uma intervenção mínima do Estado na economia.

As políticas neoliberais foram impostas ao país, como ao conjunto dos países da América Latina e do Caribe pelo Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, mais tarde, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em resposta à crise econômica mundial que começou em 1973, com o primeiro choque do petróleo. Com a concorrência desigual no neoliberalismo, o Haiti mantém a dependência econômica que impede, de alguma forma, sua capacidade de atingir um nível de crescimento podendo criar condições internas para seu desenvolvimento socioeconômico, na medida em que o mercado nacional foi invadido por produtos estrangeiros subsidiados, particularmente dos Estados Unidos (DOURA, 2002).

Com base nas políticas neoliberais, a queda nas tarifas exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) tem como consequência a descapitalização dos pequenos agricultores e o empobrecimento do campo. Isso acelera o fluxo migratório de haitianos do campo para a cidade de Porto Príncipe em busca de melhoria de vida. Além disso, há a estagnação da economia nacional afetando drasticamente a produção nacional, em que o desemprego atinge 70% da população economicamente ativa (IHSI, 2018). Isso evidencia as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho registrado e assalariado, principalmente em Porto Príncipe enquanto maior polo de atração pela oferta de oportunidades de emprego. Entretanto, a cidade não consegue atender à demanda por emprego que, por sua vez, acarreta constante crescimento populacional.

Foi nesse contexto que, em 12 de janeiro de 2010, o Haiti, principalmente a cidade de Porto Príncipe, foi devastada por um terremoto de magnitude 7.3 na Escala Richter. O epicentro do evento² (SANTOS, 1996, p. 147) foi localizado a cerca de 25 km a sudoeste da capital do país, onde passa uma falha tectônica que atravessa a cidade, que contava, em 2009, cerca de 2,3 milhões de habitantes (IHSI, 2009). Esse evento deixou mais de 220.000 mortos, cerca de 300.000 feridos, 1,5 milhão de desabrigados, 660.000 pessoas fugindo da cidade (PDNA, 2010). Os impactos desse terremoto aumentam os desafios que o Haiti enfrenta historicamente, pois a cidade de Porto Príncipe abriga quase um terço da população haitiana, mais de 80% das atividades econômicas, maior parte dos investimentos e infraestruturas básicas do país.

Com isso, a emigração de haitianos para América do Sul, principalmente para o Brasil, se tornou uma opção em busca de melhores condições de vida. Isso porque desde 2004, os haitianos tiveram uma “aproximação” com os militares brasileiros que faziam parte da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que o Brasil liderou por 13 anos. Essa Missão resultou em uma sucessão de fracassos, na medida em que os objetivos (não ditos) não foram atingidos, a saber, uma vaga para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU com direito de veto e o apoio interno dos militares

ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2002 e 2016. Mesmo os objetivos declarados dessa Missão não sendo atingidos, como a estabilidade política no Haiti, os desafios estruturais enfrentados historicamente pelo povo haitiano não podem estar associados à intervenção militar de países estrangeiros, mas sim um ataque à sua soberania nacional.

O PT tem uma tradição de luta por melhores condições de vida para o povo brasileiro e pela diminuição das desigualdades sociais no Brasil. A nosso ver, aceitando fazer o jogo histórico de dominação da França e dos Estados Unidos contra o Haiti por meio dessa Missão, traiu a luta do povo haitiano. Isso porque os problemas reais do Haiti são semelhantes aos do Brasil. E, para piorar a situação, essa Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) deixou um legado que o povo haitiano não esquecerá jamais: a introdução de cólera no Haiti em 2010, que já matou mais de 10 mil haitianos (SEITENFUS, 2018). Depois de muita luta da sociedade civil organizada, a ONU reconheceu sua responsabilidade na introdução da doença no país, mas as vítimas, até hoje, não foram indenizadas. Essa discussão não é objeto do artigo em questão, porém, é pertinente já que permite uma contextualização geral da onda migratória dos haitianos para o Brasil.

Dentro desse contexto de estagnação econômica, de desemprego e de impactos provocados pelo terremoto no Haiti descrito anteriormente, ao mesmo tempo, o Brasil iria sediar dois eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esses eventos geraram expectativas de empregos no imaginário dos haitianos, por exemplo, na construção civil, que é um dos principais motivos dos haitianos para emigrar para o Brasil. Salientamos que essa emigração haitiana envolve também interesse em termos de oportunidades de estudos no Brasil e como território de trânsito para outros destinos, por exemplo, os Estados Unidos.

Dessa maneira, seguindo o nosso referencial teórico nesta reflexão sobre a problemática migratória de haitianos no Brasil, em particular na cidade de São Paulo, estamos diante de uma imigração de crise. Isso em relação aos refugiados perseguidos nos seus países de origens por razões políticas, conflitos armados, religiosas ou orientações sexuais. A imigração de crise, por assim dizer, revela toda a dinâmica que se articula com a presença histórica da “crise” na origem do fluxo migratório com um sentido de uma “emigração forçada”. Conforme Cotinguiba (2014):

A busca por trabalho foi principal motivo para a vinda dos haitianos ao Brasil. Nosso país se preparava para sediar a Copa do Mundo e havia muitas obras, sendo que eles são fanáticos pelo futebol brasileiro – em 2004, a seleção jogou no Haiti. A presença de tropas brasileiras naquele país, transmitindo informações sobre o Brasil, também influenciava a migração. Com o endurecimento das fronteiras nos destinos preferenciais, os haitianos passaram então a vir para cá, alguns de passagem para a Guiana Francesa (COTINGUIBA, 2014, p. 35).

Entretanto, diferentes relatos publicados na imprensa brasileira apontavam a chegada em massa de imigrantes do Haiti ou a “invasão haitiana” na região norte do Brasil, após a entrada de centenas “ilegalmente” em Tabatinga/AM e, sobretudo, em Brasília/AC, entre o final de 2011 e o começo de 2012. A interpretação de “invasão” é sustentada

por descrições fazendo referência a “superlotação de refugiados” e a “situação dramática” de haitianos, particularmente no Acre. Tal situação teria levado organizações humanitárias e de apoio às migrações a cobrar melhorias das “condições básicas de vida” dos imigrantes até que sejam “capazes de se manter”. Teria levado também os governos estadual e federal a iniciar “um plano para transferir os haitianos para outros grandes centros do país”, onde teriam emprego (CARVALHO, 2012; LIMA, 2012, DÉUS, 2017).

A Figura 2 apresenta a dinâmica de solicitação de visto brasileiro no Haiti entre 2010 e 2014. Enquanto esperavam as análises de seus pedidos de visto no começo, entre 5.000 e 10.000 haitianos chegaram ao Brasil sem documentos legais (OIM, 2014). A partir de 12 de janeiro de 2011, por meio do regulamento normativo 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), os serviços consulares do Brasil no Haiti foram autorizados a emitir 100 vistos de trabalho mensais por 5 anos. Essa medida do governo brasileiro permitiu o reagrupamento familiar e não se enquadrava no *status* de emprego antecipado do imigrante. A demanda por esses 100 vistos por mês logo excedeu ou até saturou a capacidade de atendimento do consulado do Brasil em Porto Príncipe. A esse respeito, em janeiro de 2012, o regulamento inicial foi substituído pelo regulamento normativo 102, que removeu todas as cotas sobre migração haitiana para o Brasil (OIM, 2014).

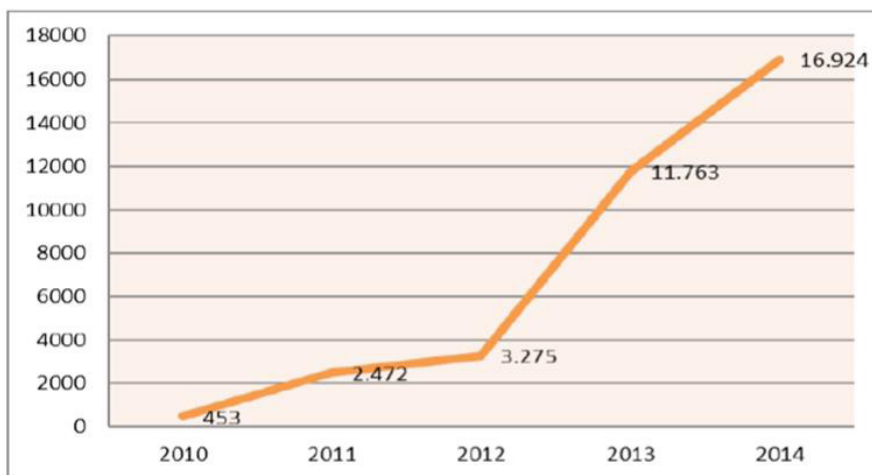


Figura 2 – Solicitação de visto no Haiti para o Brasil de 2010 a 2014.

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, Sistema de Solicitação de Refúgio no Brasil (2015), apud OLIVEIRA (2016, p. 27); PACHI (2019, p. 35).

E, assim, o governo brasileiro se preparava para implementar as resoluções normativas do CNIg, pois havia uma demanda quase única por serviços consulares. Nesse sentido, os desafios enfrentados pelo pessoal consular brasileiro em Porto Príncipe em relação à verificação da autenticidade dos documentos, às restrições, o processamento dos procedimentos de autorização de visto e a dimensão humanitária de candidatos

individuais foram extremos, tanto em termos do esforço administrativo para resolvê-los, quanto em aspectos humanos, emocionais e psicológicos (OIM, 2014).

Como mostra a Figura 3, entre 2010 e 2015, as rotas “ilegais” dos imigrantes haitianos foram diversas antes de ingressar no território brasileiro. O périplo migratório haitiano começou no Haiti, passou pela República Dominicana. Alguns seguiram pela América Central, no Panamá, e passaram pelos países do oeste da América do Sul até chegarem ao Peru, à Bolívia e se direcionaram para o Brasil entrando, principalmente, durante esse período supramencionado, pelos Estados do Acre e do Amazonas em sua maioria sem visto concedido pela embaixada brasileira em Porto Príncipe e com uso de vários meios de transporte (avião, barcos, ônibus e a pé). Segundo dados levantados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), 37.864 haitianos entraram no Brasil por essa fronteira de 2010 a 2015, na condição de indocumentados e em condições de vulnerabilidades.

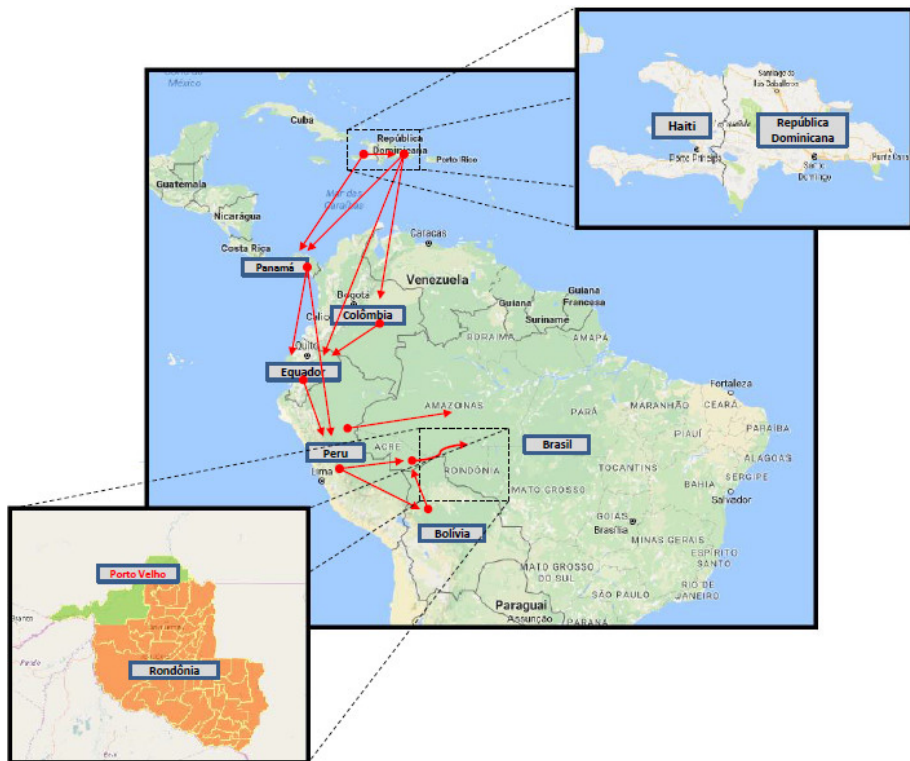


Figura 3 – Rota migratória dos haitianos para o Brasil, 2011-2015.

Fonte: SANTOS e BURGEILE, 2017.

Nesse sentido, os imigrantes chegando ao Brasil, principalmente, nos estados do Norte do país (Acre e Amazonas), não encontravam infraestrutura básica e oportunidade de trabalho adequadas para receber todo fluxo migratório. Diante disso, o governo do Estado do Acre, com apoio do Governo Federal, fretou ônibus tendo em vista uma distribuição espacial dos imigrantes haitianos no território nacional, principalmente nos Estados do Sudeste como São Paulo e uma parte foi contratada na agroindústria e na construção civil nos Estados do Sul, incluindo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (COTINGUIBA, 2014).

Em São Paulo, uma parte desses imigrantes foi acolhida e abrigada, principalmente pela Pastoral da Igreja Nossa Sra. da Paz, vinculada com a Organização Não Governamental (ONG) denominada Missão Paz localizada no Glicério, região central da cidade de São Paulo. Ali, os imigrantes recebiam apoio jurídico, psicológico e de solidariedade de pessoas envolvidas no trabalho voluntário da ONG, isto é, aqueles que lhe deram aulas de língua portuguesa. Enquanto isso, a Missão Paz serve como mediação para esses imigrantes em busca de trabalho. Segundo Pachi (2019), a atuação dessa ONG também contribuiu na mudança da Lei de Migração do Estado:

A pressão exercida pela sociedade civil por meio dos imigrantes, ONGs, pesquisadores e instituições ligadas à Igreja como a Missão Paz e a Caritas, aliada ao fomento da imprensa em retratar esta imigração, fizeram com que a partir da vinda dos haitianos, a política migratória tomasse novos rumos. Não seria possível a aprovação da Lei Municipal de Migração em São Paulo, se não fosse a atuação da sociedade civil e a gestão de uma prefeitura aberta à proposta de encontrar soluções, mesmo que emergenciais, para a questão migratória que carecia de um tratamento adequado desde a década de 1980 (PACHI, 2019, p. 44).

Para controlar o fluxo migratório em 2015, o governo brasileiro, por meio de sua embaixada em Porto Príncipe, e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) concluíram um acordo de cooperação para o processamento de vistos de família e humanitários aos haitianos com o estabelecimento na OIM para recebimento de pedidos de visto para o Brasil. Segundo as estatísticas da OIM, em 2015, houve cerca de 6.500 pedidos de vistos humanitários e de reagrupamento familiar, dos quais 6.000 foram processados no mesmo ano. Após essa medida do governo brasileiro, os imigrantes haitianos têm entrado no país regularizados, pelas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, em vez de fazer a longa e cara viagem para entrar “ilegalmente” pelo estado do Acre. Com efeito, a trajetória percorrida pelos imigrantes haitianos no começo de 2010 era sofrida, principalmente em relação às mulheres e crianças. Isso em termos de violações, em que os migrantes passavam com os “coiotes”³ que, aproveitando-se da inexistência de visto, ou seja, da condição de imigrantes “ilegais”, naturalmente forçava-os a se submeter aos serviços que esses sujeitos se comprometiam em prestar. Conforme OIM (2014):

A ação de “coiotes” no processo migratório era patente. Eles atuavam inicialmente fazendo os imigrantes acreditarem que o Brasil não fora afetado pela crise econômica de 2008, que havia insuficiência de mão de obra e que a empregabilidade era instantânea no país, com salários mensais que poderiam chegar a US\$ 1.000. Para ter acesso a este “Eldorado Brasileiro” os custos poderiam variar de US\$ 2.000 a US\$ 4.500 (OIM, 2014 apud FERNANDEZ e FARIA (2017; PACHI, 2019, p. 36).

A Figura 4 mostra o crescimento do número de vistos emitidos pela embaixada brasileira em Porto Príncipe com o pico no ano de 2015, em que o acordo foi assinado com a OIM em vista de facilitar a emissão de visto para os haitianos. Assim, a rota migratória dos imigrantes haitianos para entrada no Brasil mudou significativamente. Isso explica, como mostra a Figura 2 em seguida que, após o referido acordo, o fluxo migratório começou em Porto Príncipe passando por Panamá ou saindo direto de Porto Príncipe para chegar ao Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

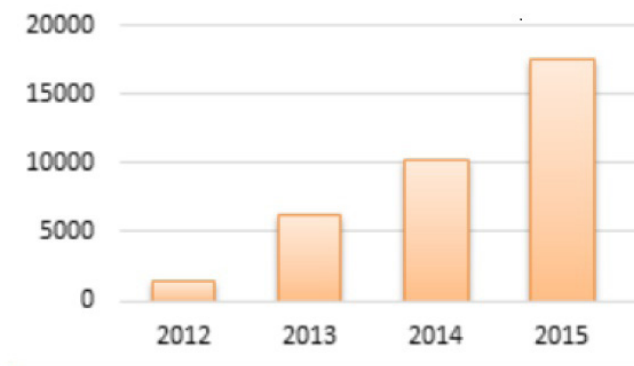


Figura 4 – Total de vistos emitidos pela embaixada brasileira no Haiti de 2012 a 2016.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2016), apud OLIVEIRA (2016, p. 24); PACHI (2019, p. 41).

A Figura 5 mostra a nova rota migratória dos haitianos para o Brasil. Essa dinâmica migratória no contexto geral de alguma forma levou o governo brasileiro a tomar uma decisão política em relação à permanência de haitianos e haitianas no Brasil com o visto humanitário. Isso por meio da criação da nova Lei de Migração, sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, em 24 de maio de 2017, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6815/80)⁴. Essa nova Lei permite que os imigrantes passem a ter direito de acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Brasil conforme o artigo 3°. Inciso XI: “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (BRASIL, 2017)”.



Figura 5 – Nova rota migratória de imigrantes haitianos para o Brasil.
Fonte: PACHI (2019, p. 43).

Da Esperança de Melhores Condições de Vida à Luta pelo Espaço de Sobrevivência na Metrôpole de São Paulo

As mudanças nas leis migratórias tanto na escala federal quanto estadual, como em São Paulo, permitem a regularização dos imigrantes haitianos no Brasil. Além disso, oferecem-se a eles as possibilidades de usufruir os direitos sociais e econômicos do

país. Entretanto, o maior desafio dos imigrantes haitianos é sua inserção no mercado de trabalho e social no Brasil. Porém, constituem-se a força de trabalho na periferia do capitalismo neste país como fator produtivo da reprodução do capital:

A divisão social do trabalho, principalmente no Brasil, é desigual e o trabalhador imigrante fica sujeito, muitas vezes, à exploração da sua força de trabalho em condições subnormais por conta da sua dificuldade de inserção social e vulnerabilidade financeira o que revela os padrões de rentabilidades do capital (PACHI, 2019, p. 69).

Isso é evidente, pois, com a demanda crescente de trabalho e da disponibilidade de mão de obra em massa dos imigrantes haitianos, as condições de trabalho na divisão internacional de trabalho se tornam cada vez mais precárias. Nessa perspectiva, uma parte significativa de imigrantes haitianos foi inserida no mercado de trabalho formal com carteira assinada na cidade de São Paulo e seu entorno graças à Missão Paz. Serve-se como interface entre as empresas e os imigrantes a procura de trabalho. Dados dessa instituição mostram, entre 2015 e 2018, 895 imigrantes foram contratados em diversas áreas de atuação, tais como: ajudante, auxiliares de serviços, diarista, limpeza, pedreiro e montador de equipamento (MISSÃO PAZ, 2018, apud PACHI, 2019, p. 84).

Com efeito, pode-se observar que os postos de trabalho e o salário não requerem uma mão de obra qualificada (Figura 6), porém, nas minhas entrevistas durante os trabalhos de campo no centro de São Paulo, tivemos relatos de imigrantes haitianos com ensino superior que já trabalham como ajudantes nos restaurantes do distrito da Liberdade. Cabe ressaltar que esse distrito da região central da cidade de São Paulo é um lugar de memória, de luta e de resistência dos negros que foram expulsos por meio dos processos de renovação/requalificação do centro urbano da cidade de São Paulo substituindo-os, assim, por outros grupos sociais ao longo desses processos no movimento da capital paulista. Essas transformações socioespaciais sofridas no centro da metrópole de São Paulo articulam-se, de alguma forma, com o próprio processo migratório em São Paulo. Por exemplo, a imigração europeia (italiana) no final do século XIX, a migração interna das regiões do Norte e Nordeste do Brasil no século XX e, mais tarde, a imigração asiática (japonesa) e a imigração haitiana no período atual.

Por conseguinte, os motivos dos imigrantes no decorrer da história migratória na cidade de São Paulo e do Brasil resumem-se, principalmente, na busca de melhores condições de vida na região central da metrópole. Ali, por exemplo, segundo Marcelin, imigrante haitiano, de 32 anos, as empresas contratam imigrantes geralmente por um período que não ultrapassar três meses. A explicação disso pode ser o aproveitamento máximo dessa mão de obra sem que a empresa tivesse que pagar um seguro caso o trabalhador passasse mais tempo. Isso porque, três meses se considera como um período de estágio nas palavras do entrevistado, no bairro do Glicério. Isso cria, de um lado, a instabilidade do trabalhador imigrante, de outro, quando procura outro emprego com carteira de trabalho, ele se apresenta como um “mau” trabalhador. Assim, os imigrantes haitianos buscam

outras estratégias para sobrevivência na região central da cidade de São Paulo, em que a luta pelo espaço se torna importante. Nessa busca de sobrevivência, observa-se entre os imigrantes haitianos (as), dois grupos atuando nas atividades de comércio. As atividades comerciais do primeiro grupo são consideradas formais, pois possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que obrigam esses imigrantes a pagarem Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Estado. No bairro do Glicério, por exemplo, eles têm pequenas lojas de cerca de 2m², onde encontram-se produtos como calça jeans, tênis, chinelos; camisetas; bermudas; produtos de beleza; de higiene pessoal e produtos importados do Haiti como, por exemplo, *Prestige*, a cerveja mais consumida no Haiti.

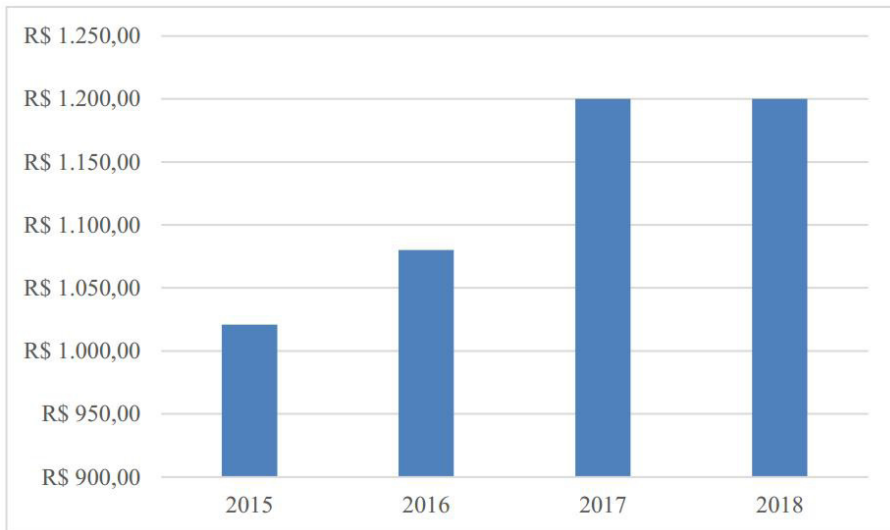


Figura 6 – Salário médio dos imigrantes haitianos (2015-2018).

Fonte: Missão Paz (2018), apud PACHI (2019).

Na mesma perspectiva, observamos também esse grupo de imigrantes haitianos atuando nas atividades de barbearia, salão de beleza, e de restaurantes que oferecem pratos típicos da culinária haitiana. Essas atividades se concentram nos espaços como a rua dos Estudantes, rua Conde de Sarzedas, rua do Glicério e rua Dr. Lund do distrito da Liberdade. Pode-se dizer que essa apropriação do espaço urbano ali por imigrantes haitianos dá-se, de alguma forma, em decorrência da presença no local da Missão Paz que, por sua vez, acolheu no início uma parte desses imigrantes.

A Figura 7 mostra o arranjo e a exposição de mercadorias de imigrantes haitianos e haitianas na região central da capital paulista, especificamente, na rua Glicério. Ali, há um conjunto de pequenas lojas do mesmo tamanho e os produtos expostos são semelhantes. Observamos que, dentro de certas lojas, há salão de beleza, barbearia. Constatamos, também, lojas de negócios especializadas em envio e recebimentos de remessas do Haiti e de outros países como os Estados Unidos da América (EUA). Portanto, com

isso, a paisagem urbana e social do distrito da Liberdade, principalmente no bairro do Glicério se transforma, de alguma forma, com a presença da comunidade haitiana por meio dessas atividades.



Figura 7 – Atividades de comércio de imigrantes haitianos no centro de São Paulo.
Foto: I. DESROSIERS (16 dez. 2019).

O segundo grupo observado é daqueles que estão atuando em atividades econômicas consideradas informais e “ilegais”. Isso porque, de um lado, não possuem CNPJ, de outro, disputam-se os espaços (calçadas) com os pedestres, bem como com aquelas lojas considerados legais que vendem os mesmos produtos que esses vendedores ambulantes. Segundo os relatos colhidos nos trabalhos de campo, o maior “inimigo” desses imigrantes são os agentes de fiscalização da prefeitura de São Paulo que, por sua vez, recolhem suas mercadorias.

Eu já fui vítima três vezes dos agentes de fiscalização que pegaram minhas mercadorias e o suporte. Depois fui à Delegacia para buscar minhas coisas, eles me disseram que cadê seu CNPJ? Você é ilegal. Eu tive que procurar dinheiro emprestado para comprar outras mercadorias para vender. Isso porque preciso de dinheiro para pagar aluguel e garantir meu sustento. Toda vez eles recolheram minhas mercadorias, eles me deixaram num círculo vicioso de recomeço, mas, Deus sabe tudo (Kesnel, entrevistado em: 6 de dez. de 2019).

Essa situação descrita por nosso entrevistado é comum no distrito da Liberdade, mas é mais frequente no Brás, um dos principais centros de comércio popular da cidade de São Paulo. Ali, realizamos várias entrevistas, em que os relatos relativos às questões de “perseguição” dos agentes de fiscalização são análogos. Salientamos que a situação dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo está no centro da nossa análise neste artigo, mas suas condições de vida e a luta cotidiana pelo espaço de sobrevivência são semelhantes de outros imigrantes (senegaleses, guineenses, entre outros) em busca de melhoria no Brasil, principalmente na região central da cidade de São Paulo. Incluindo, também, nessas atividades econômicas consideradas informais e “ilegais” cidadãos nacionais desempregados no contexto da crise econômica no Brasil. Além do mais, pode-se articular a atuação desses brasileiros nas atividades econômicas em busca de sustento no centro da cidade de São Paulo como consequências das desigualdades sociais estruturais-estruturantes existentes na sociedade brasileira.

A apropriação e a ocupação de espaços públicos pelos imigrantes e os nacionais em situações de preclariades socioeconômicas se dão, principalmente no distrito do Brás, entorno da Avenida Celso Garcia e a Rua Coimbra, como também na Praça Kantuta, no Canindé, bairro do Pari. Ali, encontra-se a circulação de todos os tipos de mercadorias espalhadas nas calçadas (roupas, sapatos, tênis, bermudas, brinquedos, calças jeans) por até R\$ 10 reais (Figura 8). A luta cotidiana por este espaço de sobrevivência dos imigrantes no centro da cidade de São Paulo, além de ocupar as calçadas envolve, também, confronto constante com os agentes de fiscalização junto com a atuação da Polícia Militar (PM).



Figura 8 – Atividades informais e “ilegais” no Brás.

Foto: I. DESROSIERS (10 jan. 2020).

Salientamos que, durante os nossos trabalhos de campo, observamos dentro da luta pelo espaço de sobrevivência na cidade de São Paulo uma certa solidariedade entre os imigrantes. Isso se manifesta tanto com os sinais da chegada dos agentes de fiscalização para evitar que esses últimos recolham suas mercadorias quanto à aceitação do outro que está na mesma situação em condições de imigrantes ou economicamente precária. Sendo que o único jeito de garantir o sustento passa por essas atividades de comércio de rua consideradas ilegais pelo Estado, bem como pelos donos de lojas com CNPJ.

Nesse sentido, com base nas reflexões de Milton Santos (1994, p. 81), articula-se a esses grupos todas as contradições do espaço geográfico, que se relaciona intimamente com seus agentes formadores e influenciadores. Isso quando o autor afirma que “os sistemas de objetos, espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, aonde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço”. Nessa direção, Santos chamou a atenção para um fenômeno da maior relevância para a discussão do espaço: o da emergência de um *tempo lento* concernente à ação de alguns atores sociais que vivem à margem da razão instrumental objetiva de conteúdo informacional nessa *flexibilidade tropical*.

Segundo Santos (1994, p. 39-41), “a força dos fracos é o seu tempo lento”. Dessa maneira, ressalta-se o protagonismo de alguns atores sociais que sobrevivem à margem do sistema capitalista e em contramão das forças hegemônicas da sociedade, construindo formas alternativas de subsistência qualificadas pelo autor como contrarracionalidades. O *tempo hegemônico*, por sua vez, segundo o autor seria o tempo das finanças e das cirandas especulativas, o “tempo real” do fluxo de dados via redes de teleinformática, dos grandes circuitos da produção mundial, tempo da efemeridade das relações de consumo, o tempo da escala de decisão das ações (SANTOS, 1994, p.141-142). Portanto, esses imigrantes podem ser considerados *os fracos nesse tempo lento* no centro nevrálgico da metrópole de São Paulo. Esses sujeitos que estão na margem da sociedade capitalista são tratados como informais e ilegais por não responder às normas (fiscalização) de um Estado capitalista?

Entretanto, essas atividades de sobrevivência conduzidas pelos imigrantes ditas informais e ilegais articulam-se aos processos econômicos por meio da produção, da circulação de riqueza e na reprodução das desigualdades na região central da metrópole paulista. Isso porque essas atividades de comércio informal alimentam a cadeia produtiva distribuindo, nessa direção, os produtos de baixa qualidade e contrabandeados, como aponta Tarrus (2002) citado por Pachi (2019), na metrópole de São Paulo que, por sua vez, está inserida no circuito global por meio da mundialização por baixo:

A informalidade entra no circuito global da reprodução e da circulação de mercadorias e riquezas, assumindo cada vez mais importância com a crise do trabalho formal e da carteira assinada. É uma forma de driblar as dificuldades do mercado de trabalho ou, muitas vezes, é a própria opção de vida e de geração de renda de uma população que não possui mais esperança de encontrar outra forma de trabalho e que não se vê mais atuando de outra maneira (PACHI, 2019, p. 72).

Dessa maneira, ressalta-se que a informalidade nas relações de trabalho dos imigrantes haitianos em São Paulo agrava-se a partir de 2015, quando a crise econômica elevou a taxa de desemprego a 13 milhões de pessoas (IBGE, 2017). Assim, em busca de oportunidades de trabalho, uma parte significativa desses imigrantes se concentra na região central da metrópole de São Paulo, em que o comércio de rua é a melhor forma de driblar essa crise econômica e de desemprego no Brasil. Na mesma perspectiva, inúmeros imigrantes deixaram o Brasil para outros países como Chile, México e Estados Unidos, reforçando o nosso argumento do papel do Brasil como país de trânsito e não necessariamente de destino de uma parte significativa dos imigrantes haitianos.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar os motivos da imigração haitiana no Brasil, particularmente suas situações na região central da cidade de São Paulo na atualidade. Nessa reflexão, desvendamos que esses imigrantes estão inseridos na metrópole de São Paulo de uma forma desigual, tendo-se como referência os tipos de atividades econômicas a que se sujeitam em busca de sobrevivência na cidade de São Paulo. Isso pode ser explicado pelas desigualdades sociais que existem entre os haitianos desde a origem (no Haiti) que se repetem no destino ali na metrópole de São Paulo, isto é, os imigrantes que tiveram melhores condições econômicas no Haiti possuem um capital inicial sob a forma de dinheiro que lhes permitiu se inserir no centro de São Paulo por meio de atividades econômicas formais e regularizadas pelo poder público. Como foi visto, esse é o caso dos imigrantes que possuem pequenas lojas na cidade de São Paulo legalmente registradas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O artigo faz ver que aqueles imigrantes que não tiveram condições econômicas na origem e no destino não conseguem ter um trabalho assalariado digno e procuram outras formas para sobrevivência no meio de uma disputa pelo espaço com os pedestres e donos de lojas regularizadas pelo poder público. Mostra-se que existe solidariedade entre os imigrantes e nacionais em condições de precariedades socioeconômicas diante das ações dos agentes de fiscalização. A inserção dessa categoria de imigrantes no centro da cidade de São Paulo se revela mais complexa. Isso porque, como já vimos ao longo do artigo, relatos de que os agentes de fiscalização costumam recolher as mercadorias desses imigrantes por serem informais e ilegais o que aumenta ainda mais a precariedade e a vulnerabilidade desse grupo, porém, as atividades de comércio de rua são a base de sustento de inúmeros imigrantes e de cidadãos brasileiros.

Enfim, a situação dos imigrantes haitianos no Brasil – verdadeiros *homens do tempo lento* – especialmente no centro de São Paulo são resultantes da crise estrutural do mundo do trabalho. Diante disso, evidenciamos neste artigo a luta cotidiana pelo espaço de sobrevivência na metrópole de São Paulo, em que os imigrantes haitianos, principalmente aquele grupo (haitianos, africanos e nacionais) expressivo atuando no comércio de rua chamado pelo poder público de informais e ilegais, revelam as contradições do capitalismo. Acreditamos que sem apoio do poder público e sem oferta de emprego digno, as atividades de comércio de rua sejam justas e legítimas como principais estratégias de sobrevivência destes que estão à margem da sociedade capitalista como a do Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Nova Lei de Migração* n° 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/pdfid/592c6f744.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARVALHO, C. Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti. In: *O Globo*, São Paulo, 01 jan. 2012, seção País.

CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *Echo Géó*, v. 2, 2007.

COTINGUIBA, G, C. *Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios*. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

DE HASS, H. Migration and development: a theoretical perspective. *International Migration Review*, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DESROSIERS, I. *Haiti: da desigualdade social às desigualdades socioespaciais na metrópole de Porto Príncipe*. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo.

DÉUS, F, R. *Migração haitiana em São Paulo pós-terremoto de 2010: a religião como suporte*. 2017. Disponível em: file:///c:/users/ismane/downloads/migracao_haitiana_em_sao_paulo_pos_terr.pdf. Acesso em: 5 fev. 2020.

DOURA, F. *Économie d'Haïti. Dépendance, crises et développement*. Montreal: Les éditions Dami, tome II., 2002.

Estado de S. Paulo: ONU admite culpa por surto de cólera no Haiti, 2016. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-admite-culpa-por-surto-de-colera-no-haiti,10000070427>. Acesso em: 10 dez. 2019.

HAITI. Post-Disaster Needs Assessment (PDNA), 2010. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

ISIDOR, W. *La fuite constante des cerveaux haitiens, 2011*. Disponível em: <https://lenouveliste.com/article/97077/la-fuite-constante-des-cerveaux-haitiens>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LIMA, W. Haitianos refugiados no Acre são enviados a SP e Porto Alegre. In: Portal iG Maranhão, 09 jan. 2012.

PIMENTEL et al. *Haitianos na Amazônia – pessoas em trânsito para uma cidade em transformação socioespacial: um estudo de caso em Porto Velho*. In: XVII ENANPUR – Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do planejamento urbano e regional. Sessão Temática 6: Espaço, Identidade e Práticas Sócio-Culturais, p. 1-17. São Paulo, 2017.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 3 livros, 5 volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MANIGAT, L. *L'Amérique latine au XXe siècle: 1889-1929*. Paris: Éditions Richelieu, 1973.

METZNER, T. La migration haïtienne vers le Brésil: étude dans le pays d'origine. In: *La migration haïtienne vers le Brésil: caractéristiques opportunités et enjeux*. Buenos Aires: Organisation internationale pour les migrations, p.15-31, 2014.

OIM. La migration haïtienne vers le Brésil: caractéristiques, opportunités et enjeux. *Cahiers migratoires*, n. 6, 2015.

PACHI, P. *A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo*. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo.

SAINT-HUBERT, F. La migration haïtienne, un défi à relever. *Migration Policy Practice*, n. 2, v. 2, p. 14-15, 2012.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

_____. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Por uma política economia política da cidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, E. T.; BURGEILE, O. O deslocamento espacial de imigrantes haitianos: da desterritorialização à reterritorialização. *Confins*, n. 32, p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12176>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SEITENFUS, R. *Les Nations Unies et le choléra en Haïti: coupables mais non responsables?* 1. ed. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2018.

SIMON, G. *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*. Paris: PUF, 1995.

Recebido em: 27/02/2020 Aceito em: 15/05/2020

¹ Segundo Manigat (1973), em *L'Amérique latine au XXe siècle 1889-1929, les cacos* são camponeses cuja inscrição periódica nos exércitos revolucionários os politizou à sua maneira. Corajosos, desganhados e terríveis, eles às vezes têm a reputação de estar “sem mães”. Ocasionalmente saqueadores, mas na maioria das vezes soldados a serviço de uma causa, inspiravam medo entre as elites ricas de Porto Príncipe que associavam sua imagem à do “terror do caco”. Os americanos os chamaram de “bandidos”. Entretanto, na historiografia haitiana, eles são os que monopolizam a resistência armada consciente e deliberada à ocupação norte-americana do Haiti.

² Segundo Santos (1996), a noção de evento é o próprio movimento da natureza, isto é, da manifestação diversificada da energia natural. Para o autor, é assim que a natureza muda sua própria dinâmica.

³ “Coioote” é o agente que conduz os imigrantes pelas áreas de fronteira, entre dois países, mediante pagamento.

⁴ <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108497/estatuto-do-estrangeiro-lei-6815-80>